

## PRÁTICAS HOMÓFOBAS E TRANSFÓBICAS NAS ESCOLAS PORTUGUESAS

José Manuel Peixoto Caldas<sup>1</sup>  
Artenira da Silva e Silva Sauaia<sup>2</sup>  
Lígia Moreira Almeida<sup>3</sup>  
Lucian da Silva Viana<sup>4</sup>

**RESUMO:** Objetiva-se reportar situações de discriminação concernentes aos temas da orientação sexual e identidade ou expressão de gênero que tenham ocorrido em estabelecimentos escolares portugueses. Para isso, realizou-se um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, através de um formulário online, o qual foi respondido por 103 pessoas, em sua maioria alunos (82%), onde 90% eram adolescentes e jovens (13 a 29 anos), 79% são homossexuais e bissexuais. Do total, 63% relataram já terem sido vítimas e/ou testemunharam episódios violentos de homo-transfobia. Estas situações ocorrem majoritariamente em ambiente escolar (42,9%); principalmente por alunos autores de violência (72,8%). Além disso; 48,5% das vítimas relatam terem vivenciado experiências negativas de integração escolar. Acredita-se ser urgente a criação de medidas de proteção contra homo-transfobia em ambiente escolar, considerando o impacto desse tipo de violência sobre vítimas e autores de violência.

**Palavras-chave:** Homossexualidade, Comportamento Sexual, Discriminação, Homofobia, Docentes.

### ABSTRACT

This paper's prior objective is to report discrimination situations that have occurred in educational Portuguese environments concerning sexual orientation, sexual identity and gender expression. To achieve this goal a descriptive, quantitative study was undergone, through an online interview answered by 103 people, mainly students (82%), being 90% of them teenagers and young adults (between 13 and 29 years of age), among who 79% of them are homo or bisexuals. From the total amount of the interviews answered, 63% of the informants related that they had been victims or have witnessed homo-transfobia violent episodes. These episodes occur mainly in educational environments (42,9%); being students the main violence perpetrators (72,8%). Besides that, 48,5% of the victims related they had experienced negative social educational integration due to the violence suffered or witnessed. Therefore it is urgent to create protection measures against homo-transfobia in educational environments, considering the impact of this sort of violence over victims and over violence perpetrators.

**Key Words:** Homosexuality, Sexual Behavior, Discrimination, Homophobia, Faculty.

---

<sup>1</sup> PhD, Médico e Sociólogo, diretor do Iberoamerican Observatory of Health and Citizenship, diretor do Iberoamerican Journal of health and Citizenship, membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, membro da COLAM – OUI e da Latin American Studies Association, investigador do Conselho Europeu CEISAL de Investigações Sociais da América Latina. E-mail: [jcaldas@fpce.up.pt](mailto:jcaldas@fpce.up.pt)

<sup>2</sup> Psicóloga, Docente e Pesquisadora. Doutora em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Coordenadora de Pesquisa do Observatório Ibero Americano de Saúde e Cidadania. Endereço: Rua Pinheiro, Cond. Ilha de Capri, casa 4, Calhau, São Luís, MA, Brasil. E-mail: [artenirassilva@hotmail.com](mailto:artenirassilva@hotmail.com)

<sup>3</sup> Licenciada e Mestre em Psicologia da Saúde (formação pré-Bolonha) pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Instituto de Saúde Pública). E-mail: [ligia\\_almeida@fpce.up.pt](mailto:ligia_almeida@fpce.up.pt)

<sup>4</sup> Discente do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: [lucianviana@yahoo.com.br](mailto:lucianviana@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

A função da educação não se reduz à transmissão formal de conteúdos programáticos específicos, devendo a escola ser um espaço público para a promoção da cidadania. O Estado democrático de direito assegura o reconhecimento da diversidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça e a garantia universal dos direitos humanos e sociais. A vivência escolar deve permitir a apresentação da realidade social em sua diversidade (LIONÇO, DINIZ, 2009).

A discriminação nas sociedades humanas é prática tão disseminada quanto nefasta. Onde existe a diferença, existem indivíduos cujas vidas são prejudicadas por pertencerem a um ou outro grupo que foge a determinadas normas. Essas normas podem ser a cor da pele, a orientação ou identidade sexual, a religião, o sexo, a origem social ou quase qualquer outra marca que se impõe aos indivíduos. A discriminação existe em todos os continentes, em inúmeros países, em muitas línguas e em várias culturas. Trata-se, lamentavelmente, de prática quase universal (SOARES, 2000).

A discriminação é assim uma prática social que encontra espaço de propagação inclusive no cotidiano das escolas, que deveria, ao contrário, constituir um ambiente privilegiado para o aprendizado e exercício da convivência cidadã, mediados por educadores. No entanto, é no espaço escolar que parece operar a desqualificação do outro “em formação”, o que pode acarretar graves danos pessoais e sociais para todos os envolvidos nessas relações. Entende-se a prática discriminatória como a valorização das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas. A educação precisa ser uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. Nesse sentido, a escola precisa resurgir como um espaço de socialização para a diversidade (LIONÇO, DINIZ, 2009).

A palavra “homossexualidade” apareceu pela primeira vez em inglês na década de 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor de *Psychopathia Sexualis*, de R. von Krafft-Eding. Foi criada para descrever o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo (SPENCER, 1999). Até meados dos anos setenta, os intercursos entre pessoas do mesmo sexo chegaram a ser considerados doença, equívoco este que se prolongou até que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 17 de maio de 1990,

retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais (MOITA, 2001). Por sua vez LGBT é um termo utilizado para classificar juntamente Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

O longo período no qual se considerou a homossexualidade doença favoreceu a propagação da homofobia definida como qualquer atitude de hostilidade para com os homossexuais em função de sua orientação ou identidade sexual. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a esses sentimentos. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos (BORRILLO, 2009). A homofobia é caracterizada ambivalentemente pelo medo e desprezo pelos homossexuais, muitas vezes por se considerar de modo simplista e superficial que a heterossexualidade é a única forma de sexualidade normal, natural, aceitável, portanto, hegemônica (SILVA, 2007).

O Governo Federal brasileiro lança, em 2004, através dos encaminhamentos do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), um programa de combate à violência e à discriminação contra grupos LGBTs e de promoção da cidadania homossexual, explicitando o compromisso estatal com a promoção de políticas públicas que garantam a efetividade dos direitos a essa população: O BRASIL SEM HOMOFOBIA. O programa, elaborado a partir das contribuições de lideranças do movimento LGBT, representou uma conquista da sociedade brasileira decorrente de mais de duas décadas de mobilização social, apresentando propostas de ações nos setores de Saúde, Educação, Cultura, Trabalho e Segurança Pública, sendo coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. De qualquer modo, este programa governamental se estrutura em torno do eixo da violência, enfatizando o combate à discriminação e à homofobia como estratégias fundamentais para a promoção da cidadania (RAMOS, 2005).

A escola tem um papel importante na luta contra a homofobia. Ela deve propagar o entendimento de que os direitos assegurados às comunidades LGBTs é

responsabilidade de todos. Nos cursos e nas apostilas, a homossexualidade e a bissexualidade devem ser apresentadas como manifestações tão legítimas e plenas do exercício da sexualidade humana quanto à heterossexualidade. Além disso, faz-se necessária uma melhor apresentação e divulgação da ideia de diversidade sexual, bem como da importância dos valores de igualdade e não-discriminação de homossexuais, na formação de profissionais cujo exercício laboral direta ou indiretamente permeia a sexualidade daqueles a quem atendem em seu labor como médicos, professores, policiais e juristas, apenas para exemplificar a tese aqui posta. Além disso, considere-se que durante anos muitos desses profissionais participaram ativamente da repressão a gays e lésbicas reforçando a indicação ser prioritário desenvolver ações pedagógicas de combate à discriminação a qualquer grupo ou indivíduo LGBT no cume das atividades laborais desses profissionais (BORRILLO, 2009).

A diversidade sexual comparece nas escolas e nos instrumentos pedagógicos de modo diferenciado. Tende a ser invisibilizada, embora insidiosa, sendo ainda escassamente tematizada como conteúdo didático pedagógico. Os danos à saúde mental das vítimas e autores de violência de homo-transfobia são subestimados em seus efeitos danosos às crianças e adolescentes que sedimentam no ambiente escolar as formas de interagirem e se relacionarem com colegas e adultos, estando expostos a modelos de identificação que serão importantes na sedimentação de sua identidade e personalidade no curso de suas vidas. Não se sabe, a princípio, quem é ou não homossexual. Muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no(a) professor(a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre o assunto. Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito (LIONÇO, DINIZ, 2009).

A partir da absoluta relevância de melhor compreender os alcances da prática homo e transfóbica em um mundo globalizado é que objetiva-se dar voz e reportar todas as situações de discriminação, de qualquer cariz, respeitantes aos temas da orientação sexual e da identidade ou expressão de gênero que tenham ocorrido em estabelecimentos escolares portugueses, incluindo também as ocorrências de veiculação de informação incorreta, preconceituosa e atentatória dos direitos humanos e da

dignidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras (LGBT), no espaço escolar no período previsto para que fossem respondidas as entrevistas.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantiquantitativa, cujos dados foram colhidos através de um formulário online disponível em <http://www.rea.pt/observatorio>. O referido formulário foi respondido por 103 pessoas, entre eles, adolescentes a partir dos 13 anos de idade a adultos com mais de 30 anos, em sua maioria alunos, mas também professores e funcionários de estabelecimentos escolares de ensino fundamental ao ensino superior. Nesses formulários foram relatados os casos de homofobia e transfobia recebidos pelo Observatório de Educação entre novembro de 2008 a dezembro de 2010.

O Observatório de Educação é um relatório bianual da rede Ex Aequo - associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e simpatizantes sobre discriminação em função da orientação sexual e/ou da identidade de gênero no espaço escolar em Portugal.

O formulário do Observatório de Educação favorece a obtenção dos seguintes dados em relação àqueles que os responderam: dados pessoais, histórico de discriminação por causa da orientação sexual ou identidade de gênero, descrição de caso de discriminação e forma de protesto vivenciada e/ou testemunhada, sentimentos e abandono escolar vivenciados diante dessas situações discriminatórias, evidência de verbalizações e/ou condutas preconceituosas de professores e conteúdo curricular discriminatório, percepções acerca da negação por parte do sistema educacional português em incorporar conteúdo curricular sobre orientação sexual que não heterossexual, experiências positivas e negativas com o sistema educacional, etc. Cada formulário preenchido, foi enviado via e-mail ou correio.

O preenchimento dos formulários foi considerado como uma possibilidade de realização de uma queixa informal, já que o observatório não se encontra, até à data, vinculado a nenhuma autoridade competente e, como tal, resume-se ao registro passivo de situações de discriminação, muitas vezes extremas e marcantes na vida de um(a) adolescente ou adulto jovem. A participação no preenchimento de cada formulário foi realizada única e exclusivamente por vontade própria de cada participante. A rede ex

aquele apenas permite um registo detalhado e confidencial de cada ocorrência com o objetivo de sistematização de dados para fins científicos.

Através desse relatório é permitido constatar alguns episódios de homo e/ou transfobia ocorridos em diferentes ambientes escolares portugueses. Pretende-se apresentar os dados obtidos junto a autoridades portuguesas e outros organismos que venham a solicitá-los de modo a retratar a presente situação juvenil LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) em Portugal. Assim sendo, os dados aqui apresentados devem ser caracterizados como uma ferramenta útil para que se tomem medidas contra as práticas discriminatórias aqui aludidas no intuito de que jovens possam viver com valores de igualdade, cidadania e respeito pela diversidade e pelo outro.

## RESULTADOS

### *Caracterização dos participantes*

Entre os 103 participantes que utilizaram o formulário online do Observatório para denunciar situações de homofobia e transfobia em ambiente escolar, vividas na primeira pessoa ou presenciada como terceiros pode-se verificar que: 45% são adolescentes entre 13 a 18 anos; 45% são jovens entre 19 a 29 anos; o restante 10% são maiores de 30 anos ou não identificaram sua idade ao responder o instrumento de coleta de dados disponibilizado.

Os participantes dividem-se em 56 pessoas do sexo feminino, 46 do sexo masculino e 1 transexual feminina. Analisando a orientação sexual dos participantes, percebe-se que esmagadora maioria é homossexual (49%) e bissexual (30%), o que pode ser explicado pelo formulário constituir um raro espaço para que jovens LGBTs possam expressar as discriminações sofridas ou testemunhadas. Contudo, destaca-se que também é possível encontrar denúncias realizadas por um percentual significativo de participantes heterossexuais (18%), incluindo-se neste grupo tanto vítimas como testemunhas das práticas em questão.

Em relação ao local onde mora, a maioria concentra-se no grande centro urbano de Lisboa que abriga 43% dos informantes. Entre os participantes, 10 são alunos, professores ou funcionários do 3º Ciclo do Ensino Básico, 43 são do Ensino Secundário e outros 44 são do Ensino Superior, enquanto 3 não responderam a essa questão. O

número de alunos prevalece sobre o de professores e funcionários que responderam ao formulário: 82% dos formulários foram respondidos por alunos.

### *Experiência de discriminação*

63% e 16% dos participantes da pesquisa relataram já terem sido vítimas de homofobia e transfobia, respectivamente. Quanto ao tipo de agressão homofóbica ou transfóbica, a maioria é do tipo verbal (47,6%), seguida por psicológica (36,3%) e física (14,7%). Algumas das outras agressões especificadas pelos participantes são chantagens, comentários abusivos, ou depreciativos, afastamento, rejeição, etc.

As agressões por norma não são algo pontual, são recorrentes, ou pelo menos com alguma repetição, no quotidiano de muitos, o que constitui outro fator agravante no que tange às violências sofridas, perpetradas e/ou testemunhadas. A maioria das agressões é relatada com uma ocorrência superior a cinco vezes (45,6%), seguida das agressões entre duas a quatro vezes (29,1%). Estas situações ocorrem majoritariamente em ambiente escolar (42,9%), ou seja, na própria escola, mas também na rua (27,4%). Neste âmbito é de salientar que é considerado perímetro da escola até aos 100 metros em torno do estabelecimento escolar. Encontramos adicionalmente valores com relevância nas agressões ocorridas em casa (9,1%) e no trabalho (8%).

A maioria das agressões foi realizada no último ano (52,4%), entre as quais 29,1% nos últimos seis meses. Cumpre ressaltar que 33% das agressões haviam ocorrido há mais de um ano. Do total de participantes, 72,8% denunciaram que a agressão veio da parte de alunos e 31% da parte de desconhecidos. Seguem algumas falas iniciais de participantes da pesquisa, entre esses, vítimas e/ou testemunhas de um ato de agressão homo ou transfóbico:

“Eu quando fui discriminada ainda tinha 14 anos e entrei numa enorme depressão porque alguém se lembrou de escrever na porta de uma casa de banho assim: "Lésbicas do C\*\*\*\*\*", e com o nome de duas colegas minhas que namoravam, o meu, e o de uma amiga minha só porque estávamos sempre juntas... Eu tinha 14 anos e entrei numa depressão e ninguém do corpo docente da escola se lembrou de averiguar quem tinha escrito tal coisa na casa de banho.” (17F L Lisboa)

“Foi feita uma apresentação oral em sala de aula (Aula de Português) por um colega em que falava no casamento homossexual e no final da apresentação foi colocada uma fotografia minha (em montagem) a casar-me.” (18M B Lisboa)

“Na recepção ao calouro é muito frequente haver cânticos homofóbicos, usando termos como paneleiro (gay) e afins, existem também brincadeiras em que a homossexualidade é bastante humilhada. Estas brincadeiras e cânticos são muitas vezes promovidos por alunos ligados à associação de estudantes e a comissão de praxes. Estas situações ocorrem dentro do campus.” (22M G Lisboa)

“Numa reunião intercalar, onde foram discutidos os temas a abordar para a Educação Sexual, sugeri que se falasse sobre a orientação sexual, convidando a rede ex aequo a dar uma palestra sobre o tema. Esta proposta foi imediatamente posta de parte tendo como base do argumento, que os pais que achariam que a escola estaria a tornar os filhos gays.” (17M B Évora)

“Fui vítima de bullying homofóbico durante algum tempo no secundário. Recordo-me que uma vez a minha professora de francês no 8º ano denunciou a minha orientação sexual em frente de toda a turma, acompanhando, enquanto falava, com uma mimetização de supostos maneirismos físicos adotados por mim e geralmente associados ao sexo feminino. Denunciei a situação no Conselho Executivo e nada foi feito.” (20M G Lisboa)

“Durante todo o 2º ciclo sofria bastante violência psicológica por parte de quase todos os meus colegas de turma e de outros. Ouvia comentários sobre a minha suposta orientação sexual homossexual por toda a parte na escola e no caminho que fazia entre a mesma e a minha casa. Parecia que todos faziam questão de que eu me sentisse diferente. Havia colegas (raparigas) que agiam como se eu lhes provocasse nojo, repulsa e faziam



questão que eu o percebesse (...) Falavam de mim no feminino de forma pejorativa, e faziam comentários nesse sentido. Fugia das aulas de Educação Física, pois eram local preferencial para o gozo. Nos balneários, escondia-me nos cubículos da casa-de-banho para trocar de roupa. E algumas vezes eles iam lá espereitar-me por cima da porta. Depois diziam que se sentiam observados por mim, de forma sexual, enquanto se despiam. Houve casos mais flagrantes de agressão física, quando uns miúdos me atiraram pedras enquanto eu caminhava para casa, e depois fugiram sem que os conseguisse identificar. E houve outros, um rapaz e uma rapariga, que me perseguiram algumas vezes durante este caminho. Chegaram a cuspir em cima de mim, era o rapaz que instigava. Ele tinha um grande ódio por mim, não sei porquê. Chegou a perseguir-me e a cuspir em cima de mim durante todo o caminho. Eu não sabia como me defender, de como agir, de como fazer aquilo parar. Repeti o 9.º ano por causa destas situações. Não queria estar na escola, ficava em casa e dormia o dia todo.” (20TF HT Setúbal)

“Houve dois casos de discriminação verbal e psicológica: um no ambiente escolar, e outro no ambiente familiar. Quanto ao ambiente escolar, aconteceu quando me assumi homossexual a duas colegas de turma, e conseqüentemente espalhou-se por toda a turma e a minha orientação sexual começou a ser tema em algumas aulas, tema de conversa para as meninas que não têm vida própria. Uma dessas raparigas chegou a chamar-me paneleiro olhos nos olhos, também me insinuou paneleiro e ao meu namorado enquanto falava de mim às minhas amigas. Além disso, tinha atitudes discriminatórias e de gozo, fazendo gestos 'femininos'.” (17M G Funchal)

“Os insultos mais comuns eram paneleiro e fufã, eu era uma das pessoas que mais os dizia, mesmo depois de ter noção que eu próprio também tinha uma orientação sexual e que até poderia

não ser a heterossexual. Nessa altura havia dois miúdos na minha escola que eram sempre gozados. Uma delas era uma rapariga (de outra turma) a quem chamávamos "a fufa", embora eu nunca tenha sabido se ela era lésbica ou não, e hoje não me consigo sequer lembrar o nome dela, era sempre "a fufa". E havia um rapaz da minha turma que foi gozado e insultado desde o primeiro dia em que se juntou à turma (foi no 8º ano, ele vinha de outra escola). Eu era um dos que o insultava mais, chamávamos-lhe bicha, bichona e paneleiro, embora ele nunca tivesse dado nenhuma sugestão de ser gay, mas apenas de ser um pouco menos dentro das noções típicas de rapaz. Não jogava futebol, tinha uma voz aguda e tinha medo de muitas coisas. Acho que havia mais transfobia do que homofobia na nossa reação, embora os insultos passassem sempre pela questão da orientação sexual. Ele nunca se livrou dos insultos até ao fim do 9º ano, quando mudámos de escola. Foi perto dessa altura que eu contei aos meus amigos mais próximos que talvez eu fosse gay. Desde essas conversas, nunca mais consegui insultar ninguém por causa do que quer que fosse relacionado com orientação sexual ou identidade de género.” (21M G Lisboa)

A maioria das vítimas lida sozinha (50%) com a situação e outros contam para os amigos (31%). Um dado considerado preocupante, é que apenas 6 vítimas (4,8%) apresentaram algum tipo de denúncia das incidências ocorridas. Em relato, a causa que as vítimas apresentaram por não prestar queixa contra o ato homo/transfóbico é bem comuns à população LGBT:

“Medo/receio de represálias.” (17M G Setúbal)

“Falta de apoios, os professores se for preciso ainda apoiam os alunos agressores.” (16M HT Leiria)

“Não tinha conhecimento de poder apresentar queixa.” (17M G Funchal)

“Porque nunca falei muito com os meus pais sobre o tipo de violência de que era vítima.” (17M G Lisboa)

“Porque eu era novo (adolescente), não havia qualquer informação e não tinha qualquer tipo apoio nem na escola e muito menos em casa. Na altura senti-me totalmente só e as agressões físicas e verbais das quais fui vítima ficaram marcadas na minha vida até hoje (ainda hoje, e passados já vários anos tenho sonhos em que estou a ser alvo de agressões físicas e psicológicas em casa e na escola).” **(34M G Setúbal)**

Constata-se adicionalmente, que nos 6 formulários que indicam ter sido apresentada queixa de forma pública somente 2 referem ter obtido um resultado positivo. Este tipo de situação confirma e reforça os receios apresentados por todos os participantes que decidiram não apresentar queixa alegando receio de não obter qualquer resultado no que tange à denúncia posta:

“Foi apresentada à Direcção da escola. Foi apenas efectuada uma repreensão verbal aos alunos visto não existirem provas.”  
**(18M B Lisboa)**

“Ao meu diretor de turma... que tomou providências. O meu professor obrigou os envolvidos a pedirem-me desculpa a frente da turma e obrigou-nos a desfazer o que me tinham feito. Mas apesar da intenção ser boa, eles continuaram a fazer pressão comigo, fora da sala de aula.” **(N/R F B Viseu)**

“No Tribunal fui chamada para prosseguir com a queixa, mas como estava sob ameaça de morte, não fiz, então me enviaram sob protecção para outro lado, mas que também discriminaram não da mesma maneira nem o mesmo, mas discriminaram...”  
**(27F B Lisboa)**

Em relação aos sentimentos e/ou comprometimentos psicossociais que as vítimas e/ou testemunhas referiram apresentar após vivenciar o ato de agressão estão: 48,5% dos informantes referiram sentir baixa auto-estima e 44,6% isolamento social; além de agressividade (19,4%), auto-mutilação (7,7%) e tentativa de suicídio (7,7%), entre outros. Destaque-se a seguir o sofrimento relatado nos formulários de entrevista avaliados, evidenciando a gravidade de suas consequências:

“Devido a ter sido vítima de bullying fiz três tentativas de suicídio.” (20M G Aveiro)

“O meu sentimento é de anormalidade, muito sinceramente. Fico a sentir-me anormal perante a sociedade e isso leva a que não me aceite a 100%, pois pessoalmente é importante que os outros me aceitem como sou e que gostem de mim como sou.” (17M G Funchal)

“Senti-me a pior pessoa deste mundo.” (17M G Setúbal)

“Pensava em morrer todos os dias. Acreditava que essa era a única solução e acordava a perguntar a mim mesma porque é que ainda estava aqui.” (19F B Setúbal)

“Senti-me indignado e maltratado por um professor achar normal propagar homofobia no espaço escolas, durante uma aula, senti que eu, juntamente com outros colegas, fomos abusados num ambiente em que estávamos vulneráveis porque nunca poderíamos reagir sob pena de praticamente estar a fazer um coming out perante um anfiteatro cheio de estudantes.” (21M G Aveiro)

“Eu cheguei a um ponto em que pensei que ninguém se importava comigo e que se eu morresse ninguém ia notar e até iam gostar. Estive muito perto de me suicidar (saltar de uma ponte), mas no momento em que o ia fazer pensei que talvez um dia mais tarde as coisas pudessem melhorar.” (34M G Setúbal)

### *Sistema educativo*

Em relação à integração e abandono escolar 48,5% dos 103 participantes da pesquisa tiveram experiências negativas de integração escolar; enquanto que 38,8% tiveram experiências positivas. Além disso, 2 dos participantes relataram abandono do sistema educativo antes do que desejavam, devido à discriminação sofrida no ou nos ambientes escolares. Apesar de muitos participantes indicarem vontade de abandonar o sistema de ensino, as razões apresentadas para não o fazer por aqueles que conseguiram

concluir seus estudos, apesar da violência por eles vivenciadas em espaços escolares, foram diversificadas:

“Ainda não o fiz porque para o ano terei o prazer de ir para outra escola, e os meus pais pediram que fizesse um esforço e terminar este ano lectivo, na mesma escola.” (14F L Lisboa)

“Não, mas já tentei mudar de escola ou de turma para tentar ser menos gozado.” (16M HT Leiria)

“[Não abandonei] Porque senão ganhavam aqueles que me gozaram. Agora estou no ensino superior, enquanto que muitos deles nem o 12º ano terminaram.” (19M G N/R)

“[Não abandonei porque] Sou bastante determinado, e não desisto da minha vida seja por quem for.” (17M G Setúbal)

“[Não abandonei] Porque ser diferente é uma realidade e as pessoas só têm de conviver com a diferença. A diferença existe e tem de ser aceite por todos, porque os homossexuais não são doentes nem são animais, são pessoas absolutamente normais que não têm culpa de nascer da forma como nasceram, e têm de ser aceites em sociedade.” (18M G Lisboa)

“[Não abandonei porque] Estou naquela escola há muito tempo; se quisesse sair, teria de explicar aos meus pais os motivos, e não quero.” (17F B Lisboa)

Entre as experiências negativas de integração, as mais comuns são omissão (36%) e repulsa (35,5%), seguida por deturpação (19,4%), admoestação (6,8%), expulsão (3,8%), entre outras:

“Posso afirmar sinceramente que não. Fui vítima de bullying muitas vezes por parte de auxiliares de educação que chegavam a afirmar em público que eu pertencia ao sexo feminino e não ao masculino e afirmavam isso como forma de insulto. Sofri também por parte dos professores em várias ocasiões como, por exemplo, quando uma directora de turma afirmou que ser homossexual é igual a ser criminoso e que ‘esse género de

peças' devia estar presa juntamente com os ladrões, pedófilos e homicidas." (20M G Aveiro)

"Uma vez dei a ideia de fazê-lo num trabalho que seria apresentado a toda a comunidade escolar. O conselho que um docente me deu foi que seria prematuro fazê-lo, pois as pessoas ainda não estão preparadas para aceitar actividades desta natureza. Insisti assumindo a responsabilidade das consequências, pelo que mesmo assim fui impedido de fazê-lo sob pena de ser prejudicado na avaliação curricular (ameaça subliminar)." (37M G Viana do Castelo)

"Poderei dar exemplo de um professor que, aquando da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, disse, e passo a citar, 'Os paneleiros já podem casar' entre outros comentários semelhantes. É necessário tomar atitudes nestes campos." (17F B Braga)

"Não me lembro de alguém alguma vez ter referido sequer a palavra travesti, transgénero, bissexual ou homossexual na escola. Na escola existiam os maricas, os paneleiros, um casal de fufas e as pessoas normais (da parte dos alunos). Os professores são completamente assexuais." (21M B Açores)

Os relatos de experiências positivas de integração escolar também existem, apesar de que em número menor em relação às experiências negativas:

"Criação de peças de teatro com a temática LGBT, debates sobre essa mesma temática, abertura dos alunos quando confrontados com o tema Homossexualidade". (17M B Évora)

"Vivi uma experiência bastante positiva no meu 12º ano, quando tive a oportunidade de passar um ano inteiro a fazer um trabalho de Área Projecto sobre a homossexualidade. De certa forma, senti que estava a fazer o trabalho que o nosso sistema educativo se recusa a fazer, e senti-me orgulhoso pela adesão positiva que houve ao nosso trabalho." (19M G N/R)

“Com os debates que presenciei em algumas turmas realizadas pela rede ex aequo notou-se por parte dos jovens (dos 14 aos 16 anos, aproximadamente) uma abertura para o debate e um à vontade para ouvir e colocar questões de forma desmistificar o tema, fazendo-os pensar sobre o porquê da discriminação e o peso da cultura que tem na forma como olhamos e encaramos os assuntos.” **(30F HT Lisboa)**

“[Vivi experiências positivas] em contexto de discussão filosófica e ambiente de ensino em mestrado em saúde.” **(38M G Lisboa)**

Apesar da realidade de discriminação a grupos LGBTs em ambientes educacionais portugueses, 89,3% dos participantes reportam a ideia de negação por parte do sistema de ensino em incorporar conteúdos curriculares sobre a orientação sexual e a identidade ou expressão de género. E ainda, a maioria dos participantes considera que as atitudes dos professores são algo discriminatórias ou omissas (31%) ou em geral pouco discriminatórias ou omissas (27,1%). No que diz respeito aos conteúdos curriculares estes são considerados majoritariamente discriminatórios ou omissos (31%) ou contendo raras ou nenhuma discriminações ou omissões (30%):

“Penso que há sobretudo desconhecimento por parte dos professores, e um grande desinteresse em conhecer mais, por achar que isso não diz respeito à sua disciplina particular ou que isso transcende as suas funções de professores.” **(21M G Lisboa)**

“De uma forma geral, os professores dão a entender não querer falar sobre a homossexualidade, inclusive fugir do assunto, mas é normal visto que este assunto é alvo de gozo pelos alunos, maioritariamente.” **(14F L Lisboa)**

“Não há ninguém que possa dizer: ‘Existem conteúdos curriculares a valorizar a homossexualidade e os homossexuais’; ‘existem partes do programa escolar a apelar à tolerância e ao respeito perante os homossexuais’; tem vindo a ver uma

desconstrução na escola pública de que ‘ser homossexual é ser um monstro contra natura’.” **(19M G N/R)**

“Acho fundamental haver educação sexual nas escolas que inclua a temática LGBT. Infelizmente ainda existe muita ignorância acerca do assunto, muitas vezes até por parte de professores e funcionários escolares.” **(20M G Aveiro)**

“Na realidade, penso que há uma grande falha no sistema educativo português relativamente a esta temática, assim como uma grande falta de preparação por parte dos professores/intervenientes no meio escolar para lidarem com o assunto.” **(20M G Santarém)**

“Nota-se por parte dos jovens uma mentalidade pouco aberta àquilo que foge do convencional, que muitas vezes é levado para o gozo e piadas abusivas. Seria necessário promover este debate junto dos jovens e um incentivo aos professores em abordá-lo.” **(30F HT Lisboa)**

“Penso que a orientação sexual e a identidade de género são pouco ou nada discutidas nas escolas, fazendo imensa falta no que toca a educar os jovens de hoje, adultos de amanhã.” **(30F HT Lisboa)**

“A sexualidade nas escolas portuguesas é falada de um modo muito mecânico. Fala-se em nomes de órgãos sexuais e fenómenos biológicos, e questões como orientação sexual e identidade de género ficam omissas.” **(17F HT Aveiro)**

“Não sei se existe mesmo negação quanto à inclusão do tema ou se é mesmo falta de iniciativa.” **(13F L Lisboa)**

“[Há uma negação] Porque não tratam estas questões como prioritárias e porque não existe uma sensibilização por parte da sociedade civil acerca de questões relacionadas com bullying homo/transfóbico.” **(20M G Lisboa)**



## DISCUSSÃO

A homofobia e a transfobia manifestam-se ao longo dos ambientes acadêmicos de adolescentes e jovens, inclusive num sentido bidirecional, ou seja, se muitos alunos sofrem discriminação vinda dos seus colegas heterossexuais, outros a sofrem também de homo ou bissexuais que adotam posturas homofóbicas para que nenhum dos seus colegas desconfie da sua orientação sexual. Este tipo de comportamento é mais comum do que se possa pensar e tem sido referido no testemunho de muitos homo ou bissexuais que mais tarde se assumem como tal, evidenciando a percepção do conflito que acentua o sofrimento de adolescentes em um momento de desenvolvimento psicossocial muito peculiar, focado na valorização social como um eixo estruturante ou desestruturante de sua sedimentação de identidade.

É importante não esquecer que a bidirecionalidade também existe entre alunos e professores ou auxiliares de educação no que se refere ao tipo de violência aqui explorado. Se muitos destes perpetuam falsos estereótipos e preconceitos, alguns outros também sofrem na pele a discriminação com base na orientação sexual e identidade ou expressão de gênero por colegas de profissão ou por alunos.

A maioria dos participantes do Observatório de Educação viveu na primeira pessoa ou presenciou diante de terceiros episódios de homofobia. Porém, a transfobia também se encontra presente nos formulários avaliados, apesar de por vezes ser confundida com a homofobia. Ao longo da vida, muitos presenciam contextos de homo/transfobia. Essa situação pode ir desde as “simples” piadas quotidianas até ao insulto direto. Em alguns casos extremos o insulto chega mesmo a colocar em questão a integridade física ou a vida da vítima como em vários casos divulgados pela mídia internacional.

Esta exclusão e segregação social, inconsciente ou consciente, leva a que muitos cresçam em ambiente hostil e que também, de alguma forma, se condenem com pensamentos e/ou comportamentos de homo/transfobia internalizada.

É lamentável que o ambiente escolar não reúna condições para ser um espaço físico e psíquico onde cada "residente" (aluno, professor ou auxiliar de educação) tenha o seu bem-estar físico, psíquico e social assegurados. Além da escola, alguns participantes referem também outros locais públicos como espaços de discriminação e

agressão contra homossexuais: áreas comerciais, locais de lazer, zonas de transportes públicos, bares, teatros (em visita de estudo) e locais de atendimento público.

A enorme discriminação entre alunos tem origem, uma vez mais, na especificidade dos temas orientação sexual e identidade ou expressão de gênero e em um ainda elevado desconhecimento sobre os mesmos. Esta falta de informação correta e científica sobre uma questão que também é de direitos humanos, deve-se à ausência no sistema de ensino de reforço positivo materializado sobre estes temas.

Em Portugal, desde 6 de agosto de 2009, já existe a Lei da Educação Sexual em Meio Escolar (Lei n.º 60/2009), na qual constam como duas das finalidades da educação sexual: f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; d) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual. Apesar de fundamental, faz-se necessário que se acompanhe e avalie a plena aplicação da referida lei nas instituições de ensino do país. Idem em relação a verificar se os professores-coordenadores, os professores responsáveis em cada turma e os que integram as equipas interdisciplinares de educação para a saúde e educação sexual encontram-se devidamente preparados e sensibilizados para os temas propostos e que estão a cumprir a lei sem omissões.

É necessário frisar também o baixo índice de denúncias de episódios relativos a ocorrências de ações homo/transfóbicas. Algumas das razões apresentadas nos formulários para não realizar a denúncia em relação aos episódios de homo/transfobia vivenciados é o fato dos informantes considerarem que as autoridades irão tratar o caso de forma indiferente, sem lhe dar a importância que tem; além do receio de que as autoridades não tratem a queixa com sigilo ou elas próprias também discriminem a vítima, contribuindo para a revitimização da mesma, ou por preconceito ou por apoio institucional e/ou informação insuficientes para lidar com a questão. Outras razões apontadas para a não denúncia são medo, inclusive, medo de retaliações ou de piorar a situação; vergonha; não quererem que as pessoas saibam da sua orientação sexual, especialmente os pais, etc.

Ressalta-se ainda que os relatos apresentados no período do presente relatório, também evidenciam a angústia dos informantes por não saberem o que fazer diante de vivenciarem um ato homo/transfóbico ou de nem sequer saberem que se pode apresentar queixa formal em relação a esse tipo de violência. Este fato indica que é necessário não

só os responsáveis educativos estarem mais atentos e, nomeadamente, intervirem inequivocamente quando presenciarem este tipo de situações, mas também prontamente divulgar a informação de que queixas por estes motivos são justificadas e legítimas, adiantando a informação de como e a quem podem ser apresentadas. As vítimas também precisam sentir que ao apresentar queixa serão efetivamente ouvidas, que o podem fazer em segurança e que a esperança de serem tratados de forma a garantir o respeito à dignidade da pessoa humana pode efetivamente ser concretizada.

A forma como cada vítima lida com a situação parece ser muito variável. Todavia, a grande maioria recorre a amigos ou fecha-se em si mesmo. Em alguns casos, os jovens têm de lidar com os problemas sozinhos, porque não sabem se irão ser novamente discriminados pela(s) pessoa(s) a quem decidem pedir ajuda e o receio obriga-os, por isso, ao isolamento. Esta situação acontece também por estes motivos quando verificamos a ausência de recurso ao apoio às famílias dessas vítimas. O isolamento promove sentimentos complexos, como baixa autoestima e depressão, que podem dar origem ao abuso de substâncias psicoativas ou até às tentativas de suicídio ou suicídios efetivos.

Potter e Linton (1985), Teixeira-Filho (2002), entre outros autores por todo o mundo alertam que a população LGBT, durante a adolescência e juventude, tem uma probabilidade de desenvolver baixa autoestima, depressão e autoagressão pelo menos três vezes superior que a população geral de adolescentes e jovens, em consequência da discriminação e do preconceito que sofrem. Esses sentimentos ao se sedimentarem desfavorecem o desenvolvimento psíquico e físico das vítimas. Alguns dos outros sentimentos consequentes de sofrerem homo/transfobia referidos pelos participantes no estudo são: aumento de fobia social, necessidade de desabafar, desilusão com a escola ou com as pessoas, indignação, refúgio na escrita e nos estudos, medo, depressão, ideação suicida, desprezo pelos agressores, confusão, insegurança e solidão. Esse panorama de risco é potencializado ao evidenciar-se que os episódios de agressão acometem prioritariamente vítimas adolescentes, ou seja, pessoas em um momento de desenvolvimento psicossocial muito peculiar, marcado pela necessidade de valorização social bem como pela sedimentação da identidade e introjeção de modelos e formas de manter relações interpessoais presentes e futuras.

O estudo também evidencia que as vítimas apresentam dificuldades significativas no que concerne a adaptação e interação social no ambiente escolar. A violência invisível, negada e silenciada não permite um sistema de ensino inclusivo. Existe um ambiente hostil no dia-a-dia de muitos jovens de Portugal que vivem diariamente situações de desconforto direto e/ou indireto em relação à sua orientação sexual sem que nada possam fazer para evitá-lo. Embora seja de destacar que se verificou um testemunho crescente de experiências positivas de integração, as negativas continuam significativamente superiores e assim demandam ações de manejo e prevenção eficientes que possam efetivamente minimizar a ocorrência das mesmas.

As experiências de adaptação e interações sociais positivas entre as vítimas e seus iguais no seu ambiente escolar devem ser incentivadas pelos docentes e funcionários uma vez que podem reduzir o impacto das experiências negativas que eles possam vivenciar nos referidos espaços, favorecendo a percepção de que os ambientes escolares podem também ser propiciadores de experiências interrelacionais positivas. Entre as experiências negativas são referidas principalmente atitudes de omissão, repulsa e deturpação, assim como a imposição de tabus, comentários depreciativos de professores, exclusão e reforço de estereótipos negativos.

A ideia de negação por parte do sistema de ensino português em incorporar conteúdos curriculares sobre a orientação sexual e a identidade ou expressão de gênero, promove e perpetua, evidentemente, a existência de uma orientação e identidade sexuais negadas e silenciadas, o que pode ser identificado como fator de risco para episódios de homo/transfobia. A omissão e a negação da homossexualidade, bissexualidade e transgenerismo, principalmente pelos professores, que são responsáveis pela socialização de informações nos mais diversos ambientes escolares promovem naturalmente a falta de informação sobre estes temas e perpetuam o preconceito e a discriminação contra os grupos LGBTs.

A não referência em relação à homossexualidade de figuras públicas importantes, por exemplo, dentro do espaço da sala de aula, quando relevante, deixa de favorecer a visibilidade positiva de homossexuais ou bissexuais, tanto para aqueles que também o são como para os que não o são. Há professores que procuram evitar falar destes temas em sala de aula ou que, quando o fazem, reproduzem informações equivocadas, sem validade científica e ainda preconceituosas. Estas atitudes validam

moralmente os comportamentos dos autores de violência, porque estes recebem dos agentes educativos mensagens negativas em relação à orientação sexual e identidade ou expressão de gênero de pessoas LGBT, descaracterizando os ambientes educacionais como sendo espaços de formação pessoal de cidadãos efetivamente capazes de conviverem com diferenças.

## CONCLUSÃO

A homofobia constitui uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro, pois promove a desigualdade entre os indivíduos em função de seus desejos, encoraja a rigidez dos gêneros e favorece a hostilidade ao outro, além de comprometer seriamente psico-socio e até fisicamente suas vítimas. Como problema social, a homofobia deve ser considerada um delito grave suscetível de sanção jurídica. Todavia, a dimensão repressiva a ações homo/transfóbicas é desprovida de sentido se não for acompanhada de ações preventivas eficientes. A tomada de consciência da gravidade do fenômeno homofóbico parece um antecedente necessário a qualquer ação repressiva; caso contrário, esta será apenas parcialmente eficaz. Na verdade, a homofobia é não só uma violência contra os homossexuais, mas igualmente uma agressão aos valores fundadores da democracia e aos direitos humanos fundamentais (BORRILLO, 2009).

Após analisar detalhadamente cada denúncia realizada, acredita-se ser urgente criar medidas de proteção contra a homofobia e a transfobia em ambiente escolar, inclusive por via da atualização das normas de conduta de cada escola. Ao longo do presente estudo confirma-se que a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero está presente nas escolas, e baseiam-se, frequentemente, em informações com falta de rigor científico e objetividade e são fruto da omissão e da inexistência de debate correto e positivo sobre estes temas. Estas deficiências fomentam e validam, direta ou indiretamente, comportamentos e atitudes, mais ou menos violentos em vários níveis de gravidade.

As agressões no espaço escolar favorecem o comprometimento da autoestima e segurança de adolescentes e jovens de grupos LGBTs, também aumentando a chance dos mesmos serem acometidos por isolamento social, fobia, abandono escolar, depressão, ideação e tentativas de suicídio daqueles que figuram como vítimas desses

episódios de violência. Os índices de comportamentos de risco no que tange a sedimentação de sentimentos negativos em relação a si e ao mundo em comparação à população geral de adolescentes e jovens, conseqüentes da discriminação, não podem ser ignorados e evidenciam os resquícios da ausência de uma educação para o respeito e para a promoção da dignidade dessa população nos currículos, nas salas de aula e nos espaços escolares em geral. Ao ignorar estes problemas se põe em questão a promoção de uma cidadania plena para todos em todo o mundo, principalmente em um momento no qual os direitos cívicos dessa população estão sendo devidamente reconhecidos.

## REFERÊNCIAS

- BORRILLO, D (2009). A homofobia. *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (p. 15). Brasília: Letras Livres: EdUnB.
- LIONÇO, T, DINIZ, D (2009). Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (p. 9). Brasília: Letras Livres: EdUnB.
- MOITA, MGMN (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.
- POTTER, J, LINTON, I (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- RAMOS, S (2005). Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In Grossi, M. P.; Becker, S.; Losso, J. C. M.; Muller, R. C. F.; & Porto, R. M. (Eds.), *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SILVA, JA (2007). *H & H: Homoerotismo e homofobismo masculino no mercado de trabalho*. Monografia de graduação. Faculdade Frassinetti do Recife: FAFRE, Recife.
- SOARES, SSD (2000). O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. IPEA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília.
- SPENCER, C. (1999). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record.
- TEIXEIRA-FILHO, FS (2002). Homossexualidades, gênero e direitos humanos: questões que dizem respeito a todos(as) nós. *Revista de Psicologia da UNESP*, Vol. 1, no. 1.